

Ex-presidente Lula já deixou a carceragem da PF em Curitiba

Na saída, fez críticas ao que chamou de 'lado podre do Estado Brasileiro, da Justiça, do MP, da PF e da Receita'

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou na tarde desta sexta (8) a carceragem da Polícia Federal (PF) em Curitiba após a decisão da Justiça Federal que autorizou sua soltura. Lula estava preso desde 7 de abril do ano passado pela condenação no caso do triplex do Guarujá (SP), um dos processos da Operação Lava Jato.

Lula deixou a sede da PF pela porta da frente, acompanhado por parlamentares do PT e de seus advogados. Ele caminhou em direção aos apoiadores, que o esperavam em um palco, onde fez um pronunciamento aos militantes.

Em um discurso de aproximadamente 20 minutos, Lula fez críticas ao que chamou de "lado podre do Estado brasileiro, da Justiça, do Ministério Público, da Polícia Federal e da Receita Federal" (...) que "trabalharam para tentar criminalizar a esquerda".

O ex-presidente criticou o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato no Paraná, e o ex-juiz da operação, Sérgio Moro, atual ministro da Justiça.

Lula também afirmou ter "vontade de provar que este país pode ser muito melhor na hora em que tiver um governo que não minta tanto quanto o Bolsonaro pelo Twitter", referindo-se ao presidente da República, Jair Bolsonaro.

O presidente ainda apresentou a namorada. "Vocês sabem que eu consegui a proeza de, preso, arrumar uma namorada, ficar apaixonado e ainda ela aceitar casar comigo - é muita coragem dela", brincou.

O ex-presidente agradeceu aos militantes do PT que fizeram um acampamento na frente da PF em Curitiba durante os 580 dias de duração da prisão. O ex-presidente também disse que vai retornar para São Paulo e participará de reuniões no Sindicato dos Metalúrgicos durante o fim de semana.

"Não pensei que no dia de hoje poderia estar aqui, conversando com homens e mulheres que, durante 580 dias, gritaram aqui 'bom dia, Lula'. Vocês eram o alimento



Lula foi recebido por apoiadores ao deixar a prisão e fez discurso de aproximadamente 20 minutos no qual também criticou o presidente Jair Bolsonaro

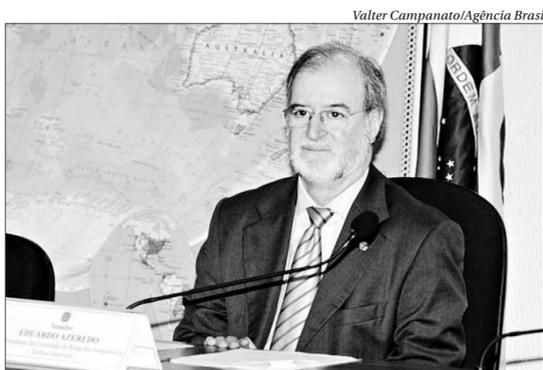
da democracia para eu resistir", afirmou.

A liberdade do ex-presidente foi proferida pelo juiz Danilo Pereira Júnior, após a defesa de Lula pedir a libertação do ex-presidente com base na decisão proferida ontem (7) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que derrubou a validade da execução provisória de condenações criminais, conhecida como prisão após a

segunda instância.

Aproveitando também a decisão do STF que derrubou a prisão em segunda instância, a defesa do ex-ministro pediu e a Justiça acatou que ele deixe o Complexo Médico-Penal, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, onde está desde maio. Até o fechamento desta edição, porém, ele ainda não havia sido solto.

Nesta sexta, o presidente



O ex-governador de Minas Eduardo Azeredo deixou a prisão



O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu

da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Felipe Franceschini (PSL-PR), disse que pautará para a próxima segunda (11) a votação da proposta que permite a prisão de condenados em segunda instância. Segundo o parlamentar, se a votação não for concluída na segunda, será pautada outra reunião da comissão na terça-feira (12), tendo a proposta como único item da pauta. ■

Ex-governador é solto

O ex-governador de Minas Gerais e ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB), que estava preso desde o ano passado para cumprir pena de 20 anos e 10 meses de prisão por participação no chamado mensalão mineiro, foi libertado ontem mesmo por determinação da Justiça, aproveitando-se da mudança do entendimento do STF. Azeredo foi denunciado pelo suposto envolvimento

em um esquema de corrupção montado para beneficiar sua campanha de reeleição ao governo mineiro, em 1998. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), mais de R\$ 3 milhões foram desviados de empresas estatais mineiras. Para o MPF, a prática dos crimes só foi possível por meio de "esquema criminoso" montado pelo publicitário Marcos Valério, condenado na Ação Penal 470, o processo do mensalão. ■

Enem: aplicadores não poderão usar celular

Os aplicadores de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não poderão mais entrar com celular nas salas onde são aplicados os exames. A medida foi tomada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) após a prova de redação ter sido fotografada e divulgada nas redes sociais no último domingo (3).

Até então, segundo o Inep, os aplicadores deviam guardar os celulares em envelopes porta-objetos, assim como os participantes do exame. Agora, no segundo dia de aplicação do Enem, neste domingo (10), os aparelhos não poderão ficar nas salas, nem mesmo dentro do envelope lacrado.

A regra vale para os 147,6 mil fiscais de sala; 29,5 mil fiscais volantes; 147,6 mil chefes de sala, e os 5,5 mil aplicadores especializados, que são os intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), leitores, transcritores, entre outros. Todos eles têm acesso à sala

de prova.

Poderão usar o celular no Enem os coordenadores estaduais, municipais, de aplicação e os 12 mil certificadores, que são servidores públicos federais e professores das redes públicas de ensino estaduais e municipais. Eles não têm acesso às salas.

Segunda prova - Neste domingo (10), estudantes de todo o país farão as provas de matemática e ciências da natureza do Enem. O exame começou a ser aplicado no último domingo (3), quando 3,9 milhões de participantes fizeram as provas de línguas, ciências humanas e redação. Aqueles que faltaram no primeiro dia, podem fazer o exame neste domingo, mas a prova servirá apenas para autoavaliação.

As regras do exame são as mesmas do último domingo. Os portões abrirão às 12h e fecharão às 13h, no horário de Brasília. O gabarito oficial será divulgado no dia 13. ■

MPF denuncia quadrilha que agia contra a Receita

Audidores fiscais e analistas tributários são acusados de vários crimes

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou 25 integrantes de organização criminosa formada por auditores-fiscais e analistas tributários da Receita Federal (RFB), além de pessoas próximas a eles. A organização tinha por finalidade a prática de diversos crimes, dentre eles os de corrupção, contra a ordem tributária e a lavagem dos recursos financeiros auferidos desses delinquentes.

A denúncia é desdobramento da Operação "Armadeira", deflagrada no começo de outubro, e das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal, Polícia Federal e Receita Federal quando foi possível realizar o mapeamento da organização criminosa instalada no bojo da RFB.

Os denunciados são: Marcial Souza, Marco Auré-

lio Canal, Rildo da Silva, Alberto Zile, Alexandre Ferrari, Mônica Souza, Leônidas Quaresma, Elizeu Marinho, Narciso Gonçalves, Fernando de Oliveira, José Carlos Lavouras, Daniel Gentil, Sueli Gentil, Fábio dos Santos Cury, Glycério Depra, Marcus Mota, João Batista da Silva, Adriana Canal, Leonardo Paciello, Eluiza Silva, Márcio de Mello Matos, Pedro Guimarães, Ana Tabet, João Paulo Ferreira e Sebastião Messias.

"A presente denúncia versa, assim, sobre parcela dos crimes contra a ordem tributária, de corrupção e de inserção de dados falsos em sistema de informações praticados por auditores-fiscais e analistas tributários da Receita Federal que exigiam vantagens indevidas de contribuintes, em flagrante descumprimento do dever funcional, além

do crime de pertinência à organização criminosa. Também são objeto da presente denúncia parte dos crimes de lavagem de dinheiro praticados por alguns membros da organização criminosa para ocultar os valores ilícitamente auferidos, mediante a utilização de interpostas pessoas físicas e jurídicas em uma complexa teia de relacionamentos que demonstra o nível de profissionalismo usado pelos denunciados. Oportuno dizer que a peça acusatória não esgota todos os crimes praticados pela organização criminosa, que serão objeto de novas denúncias autônomas, inclusive quanto a eventuais crimes de corrupção e de lavagem praticados", explicam os procuradores da Força-Tarefa da Lava Jato no Rio de Janeiro. ■

Libertação derruba bolsa de valores

No mercado de ações, o dia foi de tensão. Depois de bater recorde na quinta (7), o índice Ibovespa, da B3 (antiga Bolsa de Valores de São Paulo), fechou esta sexta-feira com queda de 1,78%, aos 107.628 pontos. O indicador começou o dia próximo da estabilidade, mas recuou ao longo do dia, acentuando a queda por volta das 16h30, poucos minutos depois de a Justiça ter decretado a liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Indicador acentuou queda minutos depois de a Justiça mandar soltar Lula

Nos últimos dias, o mercado financeiro tem enfrentado instabilidades. A arrecadação de R\$ 69,9 bilhões no leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal e a venda de apenas um bloco de petróleo no leilão de partilha do pré-sal fizeram o dólar subir nos últimos dias. As oscilações aumentaram com o cenário político.

Nesta sexta, num dia de turbulências no mercado financeiro, a moeda norte-americana disparou e fechou no maior valor em três semanas. O dólar comercial encerrou esta sexta-feira (8) vendido a R\$ 4,168, com alta de R\$ 0,075 (+1,83%). A cotação está no maior nível desde 17 de outubro (R\$ 4,17).

Esse foi o terceiro dia seguido de alta do dólar. A divisa encerrou a semana com valorização de 4,34%, o maior repique semanal desde agosto de 2018. A moeda operou em alta durante toda a sessão de hoje, disparando nos minutos finais de negociação e fechando na máxima do dia. ■

Edital inicia desestatização da Casa da Moeda

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) publicou nesta sexta (8) edital para a contratação de serviços técnicos especializados em estruturação e implementação do processo de desestatização da Casa da Moeda do Brasil, empresa vinculada ao Ministério da Economia. Serão contratados serviços para realização de diagnóstico e proposição de alternativas de desestatização; avaliação econômico-financeira da Casa da Moeda; execução da modelagem aprovada e conclusão do processo de desestatização; e serviços especializados de assessoria de comunicação e gestão de stakeholders (público estratégico), de assessoria jurídica e de gerenciamento e suporte das atividades. A licitação será na modalidade de pregão eletrônico. A abertura da sessão pública será dia 25 no www.comprasgovernamentais.gov.br. ■